Câmara Municipal de Natal > Concurso Público

Edital 001/2016

Guarda Legislativo Municipal

Leia estas instruções:

1	Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
2	Este Caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** → Língua Portuguesa; **11 a 20** → Matemática; **21 a 60** → Conhecimentos Específicos.
3	Verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
4	Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
5	Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
6	Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
7	Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
8	A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta
9	Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
10	O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
11	Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

O texto a seguir servirá de base para responder às questões desta prova.

Jogos Olímpicos Rio 2016 deixarão lições para a segurança corporativa

**Alejandro Raposo - 11 de Março de 2016 - 14h42*

O projeto de segurança da informação desenvolvido para os Jogos Olímpicos Rio 2016 é, certamente, o mais complexo já implantado na América Latina nos últimos tempos. Primeiramente, porque tem um portfólio de produtos extremamente amplo, que deve ser integrado a diversas tecnologias de diferentes marcas e aspectos. Em segundo lugar, pela sua visibilidade, já que atende o maior evento esportivo do mundo, com uma expectativa de 4,8 bilhões de espectadores, segundo seus organizadores.

Todos os projetos de segurança da informação abrangem basicamente três premissas: processos, soluções de segurança e pessoas. A diferença é que os Jogos Olímpicos Rio 2016 têm o tamanho de uma cidade inteligente. Para se ter uma ideia, o time envolvido nas operações será de 136,5 mil pessoas, entre funcionários diretos, indiretos e voluntários, cada um com um nível de permissão e uma dinâmica de trabalho diferentes. Além disso, será preciso atender milhares de atletas, profissionais de mídia e agentes de delegações que circularão durante o evento.

Como não poderia deixar de ser, a expectativa de ataques no País também é gigante, por isso, a preocupação com a segurança cibernética deve ser redobrada em todas as organizações do Brasil e não somente nas entidades envolvidas com a organização dos Jogos. O Internet Security ThreatReport 2015 (ISTR 2015), produzido pela Symantec, mostra uma média de quase um milhão de *malwares* criados por dia em todo o mundo, proporção que deve seguir crescendo exponencialmente, graças ao processo de sofisticação do *cibercrime* – com ataques cada vez mais direcionados e assertivos – e à aceleração da digitalização, especialmente na América Latina.

Dados do relatório *A Nova Revolução Digital, feito pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (Cepal), mostram que a penetração da Internet na região mais do que duplicou entre 2006 e 2014, com crescimento passando de 20,7% para 50,1% ao ano. O cenário é semelhante para dispositivos móveis. Entre 2010 e 2013, o número de celulares conectados à Internet na região aumentou, em média, 77% ao ano; em 2014, já somavam 200 milhões. Em 2020, esse número deve ultrapassar os 600 milhões, o que deixará a América Latina atrás somente da Ásia, de acordo com o documento *A Economia Móvel - América Latina 2014*, produzido pelo GroupeSpeciale Mobile Association (GSMA), entidade que reúne operadoras de telefonia móvel de todo o mundo. Esse crescimento traz, a reboque, um imenso número de novos usuários pouco habituados ao cenário digital, que são vítimas em potencial para ameaças virtuais, inclusive de ataques simples de engenharia social, como *spam* e alternativas rudimentares.

O aprendizado com esse projeto do Rio 2016, com certeza, levará ao aprimoramento das práticas de mercado, pois as ações do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Comitê Organizador Rio 2016 na área de segurança da informação são extremamente bem formuladas, com técnicas e metodologias avançadas. Os processos ocorrem dentro de um padrão e uma sequência que devem ser respeitados, a fim de atingir o objetivo final sem grandes intempéries. Os diversos fabricantes fornecedores trabalham de forma totalmente integrada e com base em parceria mútua, pois a combinação perfeita das soluções determinará o resultado do projeto. Por fim, a criação do ambiente para a disputa dos jogos deve deixar legados para a cidade-sede sob todos os pontos de vista. O objetivo é muito claro: criar um evento no qual todos possam apreciar os jogos e uma estrutura que, de tão eficiente, ninguém veja.

**Vice-presidente de Vendas da Symantec para América Latina*

Disponível em: <http://computerworld.com.br/jogos-olimpicos-rio-2016-deixarao-licoes-para-seguranca-corporativa>. Acesso em: 10 jun. 2016.[Adaptado]

Glossário

Cibercrime: crime cometido com o recurso aos sistemas eletrônicos e às novas tecnologias da informação.

Malwares: software cujo objetivo é perturbar ou danificar um computador ou uma rede de computadores (é o caso dos vírus informáticos).

Spam: mensagens irrelevantes não solicitadas de caráter publicitário ou fraudulento, enviadas por correio eletrônico geralmente para um grande número de destinatários.

01. A leitura do título do texto

A) antecipa a temática sobre a segurança da informação nos Jogos Olímpicos Rio 2016.

B) critica a temática sobre a segurança da informação para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

C) informa sobre as ações para a segurança da informação dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

D) analisa a eficiência da segurança da informação para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

02. Leia o trecho a seguir.

> O objetivo é muito claro: criar um evento no qual todos possam apreciar os jogos e uma estrutura que, de tão eficiente, ninguém veja.

A principal intenção comunicativa desse trecho é

A) apreciar soluções para a segurança dos Jogos Olímpicos.

B) explicitar uma expectativa sobre a temática apresentada.

C) analisar a problemática focalizada ao longo do texto.

D) questionar a situação da segurança para o evento.

03. Com base na leitura do texto, depreende-se que

A) o Brasil e as organizações internacionais desenvolvem projetos para garantir a segurança individual dos atletas dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

B) o projeto de segurança da informação para os Jogos Olímpicos Rio 2016 será um legado positivo para o país.

C) o Comitê Olímpico Internacional descarta a possibilidade de ataques cibernéticos durante os jogos Olímpicos Rio 2016.

D) o Rio de Janeiro, após a realização dos jogos, será reconhecido na América Latina como uma cidade inteligente.

04. O projeto de segurança da informação criado para os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, é o mais complexo já implantado na América Latina devido à

A) amplitude do portfólio de produtos integrado a várias tecnologias de marcas e aspectos diversos e, também, devido à sua visibilidade por ser o maior evento esportivo do mundo.

B) grandeza dos produtos presentes no portfólio tecnológico com várias marcas e aspectos, além da visibilidade dada pelo evento mais importante do mundo esportivo.

C) importância do portfólio de produtos, que agrega diferentes marcas e aspectos em detrimento da visibilidade dada pelo evento que terá 4,8 bilhões de espectadores.

D) diversidade de produtos e aspectos do portfólio tecnológico decorrente da própria visibilidade do evento que atenderá 4,8 bilhões de espectadores.

05. No texto, a temática predominante é a segurança

A) dos expectadores dos Jogos Olímpicos.

B) dos atletas durante os Jogos Olímpicos.

C) da cidade-sede durante os Jogos Olímpicos.

D) da informação nos Jogos Olímpicos.

06. O texto organiza-se a partir de uma tipologia predominantemente

A) descritiva, porque apresenta soluções para possíveis problemas decorrentes do projeto de segurança da informação para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

B) narrativa, porque relata fatos ocorridos durante o processo de organização do projeto de segurança para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

C) explicativa, porque testa as premissas do projeto de segurança da informação para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

D) argumentativa, porque apresenta ideias que justificam um ponto de vista acerca do projeto de segurança da informação para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

07. Considerando sua inserção no quinto parágrafo do texto, a palavra **Intempéries** foi usada em sentido

A) conotativo e significa "adversidades".

B) denotativo e significa "contrariedades".

C) conotativo e significa "temporais".

D) denotativo e significa "fatalidades".

Considere o trecho a seguir, para responder às questões 08 e 09.

> Primeiramente, porque tem um portfólio de produtos **extremamente** amplo, que deve ser integrado a diversas tecnologias de diferentes marcas e aspectos.

08. A palavra **extremamente**

A) reduz o sentido do substantivo "portfólio".

B) modifica o sentido do substantivo "produtos".

C) acentua o sentido do adjetivo "amplo".

D) completa o sentido da forma verbal "tem".

09. O uso da primeira vírgula justifica-se por separar

A) oração coordenada.

B) expressão adjetiva deslocada.

C) oração adjetiva.

D) expressão adverbial deslocada.

10. As palavras foram acentuadas pela mesma regra em:

A) "atrás", "comitê" e "levará".

B) "móveis', "últimos" e "América".

C) "portfólio", "dinâmica" e "mídia".

D) "nível", "relatório" e "vítimas".

11. Em 2013, o Ministério da Saúde divulgou que, aproximadamente, 24,3% da população adulta brasileira sofre de hipertensão. Em seguida, algumas páginas da Internet repetiram a notícia, mas preferiram utilizar uma fração para apresentar a estimativa do Ministério da Saúde.

Dentre as frações a seguir, a que mais se aproxima do número apresentado pelo Ministério da Saúde é

A) 1/5.

B) 6/25.

C) 3/16.

D) 1/4.

12. No plano cartesiano, um ponto do eixo x está a uma mesma distância dos pontos (0,1) e (2,1). A coordenada x desse ponto vale

A) 0,3.

B) 1.

C) 0,5.

D) 4.

13. Um garoto brincava com uma calculadora fazendo divisões entre vários pares de números. Quando dividiu 50 por 7, percebeu que poderia dizer qual algarismo estaria em qualquer posição depois da vírgula.

Quando lhe perguntaram qual era o algarismo da vigésima posição depois da vírgula, o garoto respondeu corretamente que era

A) 5.

B) 2.

C) 8.

D) 4.

14. Uma pirâmide de base quadrada, sem fundo, deve ser construída cortando-se 4 triângulos isósceles idênticos de chapas de metal.

Sabendo-se que a base da pirâmide deve ter $9m^2$ de área e que a altura da pirâmide deve ser de 2m, as alturas dos triângulos laterais devem ser iguais a

A) 1,5m.

B) 2,5m.

C) 3,25m.

D) 6,25m.

15. As afirmações a seguir referem-se a uma função polinomial f(x) de grau n.

I	Se n =1, então f(x) possui uma raiz real.
II	Se n=2, então f(x) possui duas raízes reais.
III	Se n=3, então f(x) possui pelo menos uma raiz real.
IV	Se n=4, então f(x) possui pelo menos duas raízes reais.

Estão corretas as afirmações em

A) I e III.

B) II e IV.

C) I e II.

D) III e IV.

16. Em um experimento, observa-se a eficácia de um antibactericida. Depois de aplicado a uma cultura de bactérias, a redução observada segue a função $N(t) = Ae^{-Bt}$, em que N(t) é o número de bactérias em t horas após a aplicação do antibactericida e A e B são constantes positivas. Se, após duas horas, o número inicial de bactérias caiu pela metade, então, após seis horas, o número de bactérias será

A) 8A.

B) A/8.

C) 3A.

D) A/3.

17. Um consumidor verificou, em sua conta de energia elétrica, que o consumo médio, nos últimos dois meses, foi de 200kWh. No terceiro mês, ele verificou que seu consumo médio passou para 210kWh. Logo, o consumo do último mês foi de

A) 205kWh.

B) 430kWh.

C) 230kWh.

D) 405kWh.

18. Sete pessoas estão sentadas em círculo participando de um jogo de cartas. A cada jogador é permitido se associar a outro jogador que não esteja a seu lado.

O número de duplas que podem ser formadas nesse jogo é

A) 18.

B) 17.

C) 15.

D) 14.

19. Um jogador de basquete acerta 70% de seus arremessos de 3 pontos. Se, durante uma partida, ele arremessar 5 vezes, então a probabilidade de que acerte exatamente 4 arremessos de três pontos é, aproximadamente,

A) 10,00%.

B) 36,02%.

C) 7,20%.

D) 30,00%.

20. Um rodapé de cerâmica de 17,6m de comprimento foi colocado em um quarto quadrado. Esse quarto tem duas portas de 1,2m de largura.

Sabendo que o rodapé não foi aplicado na largura das portas, a área desse quarto é de

A) $49m^2$.

B) $36m^2$.

C) $25m^2$.

D) $16m^2$.

Conhecimentos Específicos 21 a 60

21. Os direitos fundamentais são elementos indispensáveis à tutela da dignidade humana e encontram amparo expresso no texto constitucional brasileiro. A Constituição Federal de 1988, no que diz respeito aos direitos e garantias individuais, determina em seu art. 5º, caput, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

A) aos brasileiros e não aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

B) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

C) a todos, inclusive aos apátridas, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

D) a todos, com exceção dos apátridas, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

22. A Constituição Federal de 1988, ao considerar a casa dos cidadãos como um bem juridicamente relevante, a ela ofereceu tutela expressa em seu art. 5º, de modo a determinar que a casa é

A) um lugar comum, sendo possível nela adentrar sem consentimento do morador, durante a noite, independentemente da ocorrência de flagrante delito ou desastre, de situação de socorro e de determinação judicial.

B) um lugar comum, sendo possível nela adentrar sem consentimento do morador, durante o dia, independentemente da ocorrência de flagrante delito ou desastre, de situação de socorro e de determinação judicial.

C) asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

D) asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

23. A legalidade é elemento extremamente relevante no âmbito do atual Estado Constitucional Democrático, pois é a ideia de legalidade que impõe limites à atuação do Poder Público. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 determina que

A) a prisão não poderá ocorrer senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

B) o civilmente identificado será submetido a identificação criminal, independentemente de previsão legal e determina que é indispensável à privação da liberdade o respeito ao devido processo legal.

C) o brasileiro nato e o naturalizado podem ser extraditados em caso de crime comum ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

D) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o aborto, o racismo e os definidos como crimes hediondos.

24. Os direitos sociais fundamentais, também apelidados pelos juristas como direitos de segunda dimensão ou de segunda geração, têm, em sua ontologia, a intenção de reduzir desigualdades para fins de concretização da igualdade material, substancial ou isonômica. Uma das ideias que os permeia é a de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na proporção de suas desigualdades. O constituinte brasileiro, visualizando a importância desses direitos, tratou de expressamente tutelá-los. Nesse sentido, a Constituição Federal prevê direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, tais como

A) a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de sete anos.

B) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho e a proteção em face da automação, na forma da lei.

C) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais que o salário normal.

D) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento relativamente à do normal.

25. A liberdade do indivíduo, direito fundamental tradicionalmente caracterizado como de primeira dimensão ou geração, possui desdobramentos e se expressa em variadas espécies no âmbito do atual Estado Constitucional Democrático, sendo possível falar em liberdade de ir e vir, liberdade religiosa, liberdade profissional, dentre outras. No que diz respeito especificamente à liberdade de associação sindical, de acordo com as diretrizes constitucionais, é possível observar que no Brasil é livre a associação sindical, cabendo aos sindicatos a defesa dos

A) direitos individuais da categoria em questões judiciais, excluídas as questões administrativas e de ordem internacional.

B) interesses individuais da categoria, excluídos os coletivos, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

C) direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

D) interesses coletivos da categoria em questões judiciais, excluídos os interesses individuais e as questões administrativas e incluídas as questões internacionais.

26. A Constituição Federal disciplina, em seu art. 14, o tema dos direitos políticos, de modo a determinar que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Ainda no que diz respeito a esse tema, estabelece a Constituição que o alistamento eleitoral e o voto são

A) facultativos para os maiores de dezoito anos e obrigatórios para os maiores de setenta anos e para os analfabetos.

B) obrigatórios para os maiores de dezoito anos e para os analfabetos e facultativos para os maiores de sessenta anos.

C) facultativos para os maiores de dezesseis anos e para os analfabetos e obrigatórios para maiores de dezoito anos e para os maiores de setenta anos.

D) obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos e maiores de setenta anos.

27. A Constituição Federal de 1988, ao tratar do tema dos servidores públicos, em inúmeras de suas passagens cuidou de lhes direcionar direitos, deveres e limites de atuação. Nesse sentido, a Constituição determinou, em seu art. 38, que o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, uma vez investido em mandato eletivo, deverá

A) permanecer no cargo, emprego ou função que ocupa, podendo acumular a remuneração atinente ao seu ofício com a remuneração recebida por ocupar o cargo de Prefeito.

B) se afastar de seu cargo, emprego ou função quando estiver ocupando o mandato eletivo em nível federal, estadual ou distrital.

C) permanecer em seu cargo, emprego ou função quando estiver ocupando mandato eletivo em nível federal, estadual ou distrital.

D) se afastar de seu cargo, emprego ou função, podendo acumular a remuneração atinente ao seu ofício com a remuneração recebida por ocupar o cargo de Prefeito.

28. Ainda no que diz respeito à ocupação de mandatos eletivos eventualmente exercidos por servidores públicos, expõe a Constituição que o servidor público, uma vez investido em mandato de

A) Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será a ele facultado escolher a remuneração que deseja perceber.

B) Vereador, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, ficando impossibilitado de perceber a remuneração referente ao cargo eletivo, independentemente de haver ou não compatibilidade de horário de trabalho, pois a Constituição dispõe sobre o teto salarial do funcionalismo.

C) Deputado Federal, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será a ele facultado escolher a remuneração que deseja perceber.

D) Deputado Estadual, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será a ele facultado escolher a remuneração que deseja perceber.

29. De acordo com o exposto na Constituição Federal de 1988, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Diante disso, na vigência do estado de defesa, a Constituição determina que

A) pode haver restrições ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

B) é impossível se estabelecer restrições aos direitos de reunião.

C) a prisão ou detenção de qualquer pessoa poderá ser superior a dez dias.

D) é permitida a incomunicabilidade do preso.

30. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de órgãos variados, dentre eles a polícia federal, cujas competências envolvem

A) exercer, sem exclusividade, as funções de polícia judiciária da União e atuar no patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

B) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, não cabendo a esse órgão atuar para prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho.

C) executar as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e exercer as atividades de patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

D) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.

31. Além da polícia federal, outros órgãos atuam para promover a segurança pública no âmbito do território brasileiro, como é o caso das polícias civis, das polícias militares e corpos de bombeiros militares. A Constituição, tratando das diretrizes referentes a esses entes, determinou que

A) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

B) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive das militares.

C) as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Prefeitos e Governadores dos Estados.

D) as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, ao Presidente da República, Prefeitos e Governadores dos Estados.

32. As crianças e os adolescentes, qualificados pelo direito hoje vigente como pessoas em desenvolvimento, receberam do direito positivo brasileiro, tutela especial através da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente. Seguindo as diretrizes traçadas pela Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe a previsão normativa da absoluta prioridade e de variados direitos fundamentais. Em tal seara, foi determinado que as crianças e os adolescentes têm direito,

A) à liberdade, de forma a compreender a liberdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; a liberdade de opinião e de expressão; a liberdade de brincar e de praticar esportes, a liberdade de participar da vida familiar e comunitária; a liberdade de buscar refúgio, auxílio e orientação, excetuadas dessa tutela a liberdade de crença e culto religioso e de participar da vida política.

B) ao respeito, consistente na inviolabilidade da sua integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de seus valores, ideias e crenças, excluída a tutela dos seus espaços e objetos pessoais.

C) de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou a qualquer outro pretexto, por parte dos pais, de integrantes da família ampliada, dos responsáveis, dos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

D) de serem criados e educados no seio de sua família biológica, não se admitindo a sua inserção em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

33. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ocupando-se da disciplina do tema da prática de ato infracional por adolescente, trouxe inúmeros dispositivos legais, dentre eles os responsáveis pela delimitação das medidas socioeducativas. No que diz respeito a essas medidas, o Estatuto determina que:

A) em atos infracionais com reflexos patrimoniais, a autoridade competente não poderá determinar que o adolescente restitua o objeto, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima, pois esse dever incumbe aos seus pais.

B) a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por um período de doze meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

C) em se tratando de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa e, no descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, poderá ser aplicada a medida de internação.

D) a liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de três meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

34. O Estatuto do Idoso, consubstanciado através dos dispositivos da Lei n.º 10. 741, de 1 º de outubro de 2003, busca oferecer disciplina jurídica especial ao idoso em face de sua peculiar condição de ser vulnerável. Nesse sentido, o Estatuto apresenta variados deveres de cuidado e respeito para com os idosos e inúmeros direitos específicos. O diploma normativo aqui apresentado determina que:

A) deve haver prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos, em qualquer instância.

B) fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

C) a prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de cadastramento da população idosa em base territorial; atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social, sendo vedado, em qualquer hipótese, o atendimento domiciliar.

D) a garantia de prioridade no atendimento ao idoso compreende o atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas, ficando vedada a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

35. O Estatuto do Idoso, buscando oferecer ampla tutela à dignidade de vida dos idosos, trouxe inúmeros capítulos destinados a especificamente disciplinar os seus direitos fundamentais, como é o caso do direito à vida, do direito à liberdade, do direito ao respeito, dentre outros. No que diz respeito ao direito à saúde, o Estatuto determina que:

A) o idoso, mesmo aquele que esteja no domínio de suas faculdades mentais, não tem assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável. Nessa situação, um familiar mais jovem deverá fazê-lo.

B) ao idoso internado ou em observação, não é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

C) os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória, pelos serviços de saúde públicos e privados, à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles aos órgãos enumerados em lei.

D) é permitido exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos, sendo vedado que o agente público dispense recursos financeiros com visita ao idoso em sua residência.

36. O regime jurídico administrativo é composto por inúmeras normativas que conferem unidade ao Direito Administrativo brasileiro. Majoritariamente, a doutrina apresenta essas normativas como princípios. O art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 expõe que a publicidade é princípio da Administração Pública. Sobre esse princípio, a Constituição determina que

A) é proibido ao Poder Público formular publicidade de qualquer espécie, inclusive aquelas realizadas por órgãos públicos com caráter educativo, informativo ou de orientação social.

B) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

C) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

D) é proibido ao Poder Público formular publicidade de qualquer espécie, salvo aquelas realizadas para oferecer ao público em geral explicações sobre a vida privada dos gestores.

37. A ideia de legalidade integra o Direito Administrativo desde suas origens mais remotas. Há quem afirme que com o advento do Estado de Direito, o princípio da legalidade adentrou no universo jurídico administrativista para dele não mais sair. O princípio da legalidade, para a Administração Pública, enseja o dever de

A) realizar tudo aquilo que não seja proibido pelo direito.

B) agir independentemente de previsão legal embasando a ação.

C) agir quando existir previsão legal embasando a ação.

D) realizar o que é vedado pelo direito, desde que amparado em exemplo internacional.

38. Para muitos juristas, um elemento normativo originário das ciências econômicas direciona à Administração Pública brasileira o dever de decidir sempre de forma a sopesar os ônus e bônus de suas escolhas. Focado na racionalização das decisões administrativas, esse princípio foi explicitamente inserido no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988 pela EC n.º 19/98. O texto apresentado refere-se direta e especificamente ao princípio da

A) impessoalidade.

B) legalidade.

C) eficiência.

D) moralidade.

39. O regime jurídico administrativo é formado por princípios explícitos e implícitos. Oferecendo unidade a esse regime jurídico temos, como ponto de partida, o texto da Constituição Federal de 1988. São elementos do regime jurídico administrativo reconhecidos pela doutrina nacional e não positivados no texto constitucional

A) a supremacia e a indisponibilidade do interesse público sobre o privado.

B) a presunção de inocência e a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

C) o in dubio pro reu e a soberania.

D) o devido processo legal e a livre concorrência.

40. A Administração Pública, segundo entendimento consolidado historicamente na doutrina jurídica brasileira, é dotada de “poderes-deveres” que a permitem concretizar os seus fins. Em tal contexto, limitando e condicionando a liberdade e a propriedade dos sujeitos, a Administração atua para viabilizar a concretização do interesse público. São poderes-deveres da Administração Pública tradicionalmente apresentados pelos juristas brasileiros, o poder

A) de polícia e o poder disciplinar.

B) da inércia e o poder da ação.

C) fictício e o poder real.

D) de responsabilidade e o poder de irresponsabilidade.

41. O Guarda Legislativo Municipal é o servidor responsável pela segurança da Câmara Municipal de Natal. Para tanto, segundo a lei municipal 6.344/2012, a gestão desse cargo tem por finalidade precípua

A) afastar-se temporariamente das funções ostensivas, se for arrolado como réu em qualquer processo criminal.

B) controlar a portaria da Câmara Municipal do Natal.

C) contribuir para evitar as ações de vandalismo, furto, assalto, depredação do patrimônio público, exceto ofensas aos funcionários e Vereadores.

D) zelar pelo patrimônio da Câmara Municipal do Natal.

42. O tempo de serviço público à Câmara Municipal do Natal será computado até o último dia anterior à data da vigência da lei municipal 6.344/2012, para fins de hierarquização dos atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo. Nesse caso, não integra o tempo de serviço

A) a licença para o exercício de mandato eletivo na esfera federal.

B) o afastamento para aprimoramento.

C) o gozo de licença médica.

D) a suspensão disciplinar.

43. Os cargos que compõem o Quadro Permanente de Guarda Legislativo Municipal, segundo lei municipal 6.344/2012, estão organizados de acordo com a escolaridade exigida e conforme o conjunto de atribuições, funções e responsabilidades compatíveis com o cargo. Dessa forma, no enquadramento dos Guardas Legislativos Municipais nas respectivas referências da carreira, será observado que

A) o tempo de serviço público à Câmara Municipal do Natal será computado até o primeiro dia posterior à data da vigência da lei, para fins de hierarquização dos atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo.

B) a hierarquização no cargo de Guarda Legislativo Municipal dar-se-á mediante o cômputo do tempo de serviço efetivo prestado à Câmara Municipal do Natal, à razão de uma referência a cada três anos.

C) o enquadramento dos Guardas Legislativos Municipais nas respectivas referências da carreira definidas na Lei, dar-se-á mediante opção expressa e retratável do Guarda, a ser formalizada por requerimento, no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação da lei.

D) a efetivação dar-se-á por Portaria do Presidente da Câmara Municipal do Natal, constando, obrigatoriamente, o nome do servidor, a denominação do cargo e a referência salarial atual.

44. Entre as formas de ascensão na carreira de guarda municipal estão a progressão funcional e a promoção. Sobre a carreira dos servidores municipais, a lei municipal 6.344/2012 estabelece que

A) a progressão funcional do Guarda Legislativo Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo independe da aquisição de sua estabilidade, depois de transcorrido o estágio probatório de três anos.

B) a progressão funcional por merecimento, aplicável a todos integrantes da carreira, ocorrerá de acordo com os critérios fixados por Resolução da Casa Legislativa.

C) a progressão funcional é a movimentação do servidor de uma referência para a seguinte, obedecido o critério de merecimento, exceto para o enquadramento inicial dos atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo.

D) a progressão de uma referência concedida aos Guardas Legislativos Municipais, a cada três anos, a título de enquadramento inicial, será efetivada após necessária avaliação de desempenho.

45. A promoção por qualificação, como forma de ascensão na carreira de guarda legislativo municipal, é concedida apenas ao Guarda Legislativo Municipal que estiver em efetivo desempenho de suas funções. Como critério para a concessão das promoções, a lei municipal 6.344/2012 estabelece que

A) qualquer escolaridade ou título proveniente de curso realizado dará direito à promoção, sem necessidade de relação com o exercício do cargo ou da função desempenhada pelo Guarda Legislativo Municipal.

B) dependerá cumulativamente, da frequência e do aproveitamento de cursos oficiais ou realizados pela Escola do Legislativo.

C) das horas previstas para curso de aperfeiçoamento pessoal, pelo menos 40% (quarenta por cento) deverão ser resultantes de cursos realizados pela Escola do Legislativo.

D) poderão ser obtidas até o máximo de 03 (três) referências, ao longo da vida funcional, na promoção por qualificação.

46. Existe previsão legal assegurando que a remuneração do Guarda Legislativo Municipal não sofrerá descontos além dos previstos em Lei ou por força de mandado judicial. Diante disso, a lei municipal 6.344/2012 estabelece que

A) o débito decorrente de má fé enseja ao Guarda Legislativo Municipal, o prazo de trinta dias para quitação, contados do trânsito em julgado do processo judicial.

B) o Guarda Legislativo Municipal que esteja em débito com a Fazenda Pública Municipal e que for demitido, terá prazo de trinta dias para quitar o débito.

C) a remuneração não será objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto no caso de prestação de alimentos resultante de homologação ou decisão judicial.

D) a não quitação do débito com a Fazenda Municipal no prazo previsto em lei implicará em desconto automático na folha de pagamento.

47. O adicional de risco de vida será concedido aos Guardas Legislativos, desde que estes exerçam suas funções em situação que os exponha a risco acentuado. Esse adicional pode integrar a remuneração do servidor além do vencimento básico. Dessa forma, em consonância com a lei municipal 6.344/2012,

A) a regulamentação do adicional de risco de vida ocorrerá pela Mesa Diretora da Câmara Municipal do Natal, por meio de Resolução.

B) o valor do adicional de risco de vida será correspondente a 50% do vencimento básico inicial.

C) o pagamento do adicional será suspenso quando cessadas as condições que geraram a sua concessão após conclusão do devido processo administrativo de aferição.

D) a falta de regulamentação das hipóteses de sua percepção impede o recebimento do adicional de risco de vida pelos guardas municipais.

48. Considerando-se que remuneração é o vencimento do cargo efetivo público, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes definidas em Lei, em relação à remuneração do guarda legislativo da Câmara Municipal de Natal, segundo a lei municipal 6.344/2012, é correto afirmar que

A) o vencimento é a retribuição financeira paga ao Guarda Legislativo Municipal pelos efetivos serviços prestados, estabelecidos de acordo com a referência salarial e fixados na lei 6344/2012.

B) a remuneração é o somatório de valores financeiros devidos ao Guarda Legislativo Municipal, compreendendo o vencimento e outras vantagens incorporadas estabelecidas em Lei.

C) a remuneração dos cargos integrantes das carreiras encontra-se hierarquizado em referências, na ordem crescente, observando-se a respectiva tabela salarial.

D) o vencimento o Guarda Legislativo da Câmara Municipal do Natal pode ser superior ao estabelecido pela Constituição Federal, prevalecendo seu regime jurídico específico.

49. O regime jurídico de Cargos do plano de cargos, carreiras e remuneração dos Guardas Legislativos Municipais da Câmara Municipal do Natal é o instituído pelo Art. 76 da Lei Orgânica do Município do Natal. Isso garante ao guarda legislativo municipal

A) a possibilidade de ser transferido do seu local de trabalho para atender necessidade do serviço público, segundo critérios do gestor municipal como oportunidade, conveniência e justiça.

B) isonomia de vencimento e salário para cargo ou emprego de atribuições idênticas ou assemelhadas do mesmo Poder e entre servidores do Legislativo e do Executivo.

C) nomeado para cargo em comissão ou designado para exercer função gratificada ou equivalente, a possibilidade de acumular a vantagem incorporada com a remuneração decorrente da nova investidura.

D) que sua remuneração seja paga até o primeiro dia útil do mês subsequente ao trabalhado, com reajuste periódico e variável entre os cargos da administração Direta e Indireta.

50. O agente pego cometendo infração penal no ato e perseguido imediatamente depois poderá ser alvo de prisão em flagrante. Sobre a prisão em flagrante o código penal determina:

A) as autoridades policiais e seus agentes detêm a exclusividade de prender quem seja encontrado em flagrante delito.

B) a falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor deverão assinar o auto pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

C) em caso de recusa do acusado a assinar o auto de prisão em flagrante por não saber ou não puder fazê-lo, o documento será assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura na presença do acusado e do condutor.

D) nas infrações permanentes, entende-se que há agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

51. A prisão preventiva é um instrumento do Poder Cautelar do Magistrado utilizado durante a instrução processual, podendo ser aplicado tanto na fase de inquérito policial quanto já na ação penal. Em ambas as circunstâncias devem ser atendidos os pressupostos legais para a sua decretação. O Código de Processo Penal, ao tratar do assunto, determina que

A) a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

B) a prisão preventiva será decretada nos crimes a que for cominada pena de reclusão por tempo, no máximo, igual ou superior a dez anos.

C) a prisão preventiva decretada pelo juiz caberá, em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, se no curso da ação penal, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

D) a prisão preventiva poderá ser decretada nos crimes afiançáveis, quando se apurar, no processo, que o indiciado é vadio ou quando, havendo dúvida sobre a sua identidade, não fornecer ou indicar elementos suficientes para esclarecê-la.

52. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial, como medida de prevenção, em benefício do réu. Segundo o Código de Processo Penal, a prisão domiciliar pode ser aplicada quando o agente

A) for maior de 70 (setenta) anos.

B) for gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

C) for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.

D) for extremamente debilitado por motivo de doença grave.

53. A prisão temporária é uma espécie de prisão cautelar, decretada em casos específicos, com duração máxima de cinco dias ou de trinta dias em casos de crimes hediondos. Segundo a Lei 7.960/89, caberá prisão temporária quando

A) imprescindível para as investigações do inquérito policial.

B) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado no crime de homicídio culposo.

C) houver representação do Ministério Público e com prazo máximo de cinco dias improrrogáveis.

D) o indiciado não tiver residência fixa, mas fornecer elementos necessários para sua identificação.

54. A autoridade que ordenar a prisão fará expedir o respectivo mandado de prisão. Esse documento necessariamente deverá

A) esclarecer se a infração é afiançável, sem necessidade de exibir o valor a ser pago como medida acauteladora.

B) designar a pessoa a ser presa, por seu nome civil, dispensando o uso de apelidos.

C) ser lavrado pela autoridade com jurisdição para prisão.

D) mencionar a infração penal que motivar a prisão.

55. Considera-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal. Entretanto, a tentativa de crime pode gerar várias repercussões jurídicas. Nessa matéria, o código penal determina que

A) a tentativa é punível mesmo quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

B) o crime é tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias decorrentes da vontade do agente.

C) a tentativa é punida, salvo disposição expressa em contrário, com pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

D) o ajuste, a determinação ou instigação mesmo sem disposição expressa em contrário, são puníveis, ainda que o crime não chegue a ser tentado.

56. Sabe-se que não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de um direito, tratando-se os mencionados institutos de excludentes de ilicitude. Sobre essa temática, conforme o código penal, afirma-se que

A) pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

B) está em legítima defesa quem, usando imoderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu.

C) no estado de necessidade, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

D) o agente, em qualquer das hipóteses de excludente de ilicitude, responderá tão-somente pelo excesso doloso.

57. Conforme a ideia de imputabilidade penal, como condição para atribuir a alguém a aplicação de uma pena, só pode sofrer a sanção aquele que, ao tempo da infração penal, tinha capacidade e autodeterminação para a análise do fato. Sobre esse tema, o Código Penal estabelece:

A) a pena pode ser reduzida de dois terços, se o agente, por embriaguez voluntária, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

B) é isento de pena o agente que, por embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, era, ao tempo da ação ou da omissão, totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

C) a pena pode ser reduzida de um terço, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

D) é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

58. O art. 133 do Código Penal estabelece que abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e, que, por qualquer motivo, seja incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono é crime cuja pena é aumentada de um terço

A) se o agente é parente da vítima.

B) se do abandono resulta lesão corporal de natureza leve.

C) se o abandono ocorre em lugar ermo.

D) se a vítima é maior de 70 (setenta) anos.

59. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime, é tipo penal previsto no art. 138 do Código Penal. Sobre esse crime, o mencionado dispositivo institui que

A) admite-se a prova da verdade, se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença recorrível.

B) admite-se a prova da verdade, até mesmo se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível.

C) a mesma pena aplica-se a quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

D) a calúnia contra os mortos é considerada crime impossível e, por isso mesmo, não punível.

60. Nos crimes contra a administração, existe uma gama de crimes praticados por funcionários públicos. Nesse contexto, é primordial definir o que é funcionário público para efeitos penais e suas consequências, inclusive para efeito de majoração da pena. Sobre essa questão, o código Penal estabelece:

A) considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem está legalmente investido em cargo público efetivo perante a administração direta.

B) considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, apenas permanentemente, exerce cargo, emprego ou função pública.

C) será aumentada a pena da terça parte quando os autores dos crimes previstos no código penal forem ocupantes de cargos efetivos de direção, assessoramento e consultoria de órgão da administração direta, indireta, suas autarquias e fundações.

D) equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.